

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

ANGELA MONTAGUTI FARINHA

PERÍCIAS TRABALHISTAS, A VISÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO

CURITIBA

2016

ANGELA MONTAGUTI FARINHA

PERÍCIAS TRABALHISTAS, A VISÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de pós-graduação em Medicina do Trabalho, Do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.: João Carlos do Amaral Lozovey

CURITIBA

2016

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CONCEITO DE PERÍCIA	5
2.1.	ESPÉCIES DE PERÍCIA	6
2.2.	PROCEDIMENTO PERICIAL	7
2.3.	SEGUNDA PERÍCIA	8
3	MÉDICO PERITO E O MÉDICO DO TRABALHO	8
3.1.	DA ÉTICA DO PERITO	9
4	BASES LEGAIS	11
5	MATERIAL E MÉTODOS	12
6	RESULTADOS	13
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS	17

Perícias Trabalhistas, A Visão Do Assistente Técnico.

Angela Montaguti Farinha

RESUMO

Trata-se de pesquisa descritiva, quantitativa, e qualitativa, que utilizou banco de dados de arquivo particular da autora e pesquisa de material bibliográfico. Foram analisadas perícias no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, onde não houve critério de exclusão. Analisou-se as doenças mais frequentes, e as divergências entre o alegado na Inicial e os encontrados nas perícias, as doenças com maior índice de incapacidade, o reflexo no exercício da atividade do médico perito, com suas bases legais. Os resultados apontam para doenças degenerativas, como as mais frequentes, elevado índice de divergência entre as doenças alegadas e as confirmadas, e as maiores causas de afastamento do trabalho a síndrome de impacto do ombro.

Palavras-Chave: Perícia Médica. Doença e acidente do Trabalho.

ABSTRACT

It is a descriptive, quantitative, and qualitative research based on the author's private database and bibliographic research. Several forensic reports were analyzed from January 2014 to December 2015, without exclusion criterion. The data analyzed included the most frequent diseases and the differences between what was claimed initially and the final report, the diseases with the highest disability index, the repercussion in the activity of the expert physician, with its legal bases. The results indicate degenerative diseases as the most frequent ones, a high index of divergence between the initially claimed and the confirmed diseases, and the shoulder impact syndrome as the major cause of absence from work.

Keywords: Medical Evaluation. Work related disease and accident.

1 INTRODUÇÃO

Com a facilidade de acesso ao sistema judiciário, e a atual oscilação da economia, as demandas trabalhistas tem aumentado em números alarmantes,

E o médico do trabalho neste contexto tem sido fundamental no sentido de analisar e esclarecer matérias que sejam objeto de controvérsias no âmbito jurídico.

O perito assistente técnico ocupa um papel de fundamental importância, realizando o contraditório na matéria técnica. É ele o responsável pelo canal de comunicação com o perito do juízo, repassando informações pertinentes ao processo. Acompanha prova pericial, formula quesitos, elabora parecer técnico, critica o laudo do perito nomeado, sempre defendendo os interesses da parte que o contratou com bases técnicas e legais.

O ato pericial é a parte mais importante do trabalho do assistente, que diante do perito do juízo poderá dirimir questionamentos, e esclarecer os fatos relevantes ao processo, sob o prisma da parte contratada.

Neste artigo a autora relata sua experiência pessoal como assistente técnica, em acompanhamento a perícias médicas trabalhistas. Avalia a necessidade do conhecimento multidisciplinar, as dificuldades vivenciadas, a ética, e a importância da assistência técnica na elucidação da matéria fática.

Este estudo realiza análise quantitativa e qualitativa da base de dados da autora, e na revisão de literatura não foram encontrados trabalhos semelhantes, quanto a parte teórica, conceitual, a bibliografia é vasta e foi consultado acervo e escolhidos os autores que tem conhecimento aprofundado sobre o tema para abordagem da base legal e técnica a que se sustenta todo o trabalho do médico perito.

O presente artigo não tem como objeto de estudo a relação de nexo causal.

2 CONCEITO DE PERÍCIA

A expressão “Perícia” é natural do latim “*peritia*”, que possui o significado de conhecimento adquirido pelo uso, através da experiência. Compreendido como um exame técnico de natureza especializada, incidente do processo, relativo à prova, que se fundamenta em dar confiança a um ou mais especialistas o encargo de proporcionar ao juiz os elementos que lhe torne capacitado em

tomar decisões, sendo em verdade uma atribuição pertinente à qualidade de perito¹.

Será possível realizar a perícia sempre na ocasião em que a matéria controvertida precisar de conhecimentos técnicos e/ou científicos específicos em específico ramo do saber.

No âmbito trabalhista, observando a demanda no que diz respeito ao labor em condições perigosas e/ou insalubres, é necessário que se realize uma perícia laboral, de responsabilidade de um perito-engenheiro do trabalho ou perito-médico do trabalho, com o objetivo de evidenciar as condições de trabalho a que o empregado se encontra sujeito.

2.1. ESPÉCIES DE PERÍCIA

Através do art. 420 do Código Processo Civil Brasileiro, podemos observar que a prova pericial irá ser embasada em exame, vistoria ou avaliação.

Os dizeres de Moacyr Amaral Santos lecionam assim sobre o tema:

“Exame e vistoria são inspeções e/ou levantamento de dados, efetuados pelo perito, que pouco se diferenciam. Já o exame consiste na verificação de fatos ou circunstâncias inerentes a pessoas, coisas, móveis e semoventes, ao passo que a vistoria é relativa a imóveis. Na avaliação, procura o exame pericial estimar o valor de coisas, direitos ou obrigações. No arbitramento, se verifica o valor, ou a quantidade, ou mesmo a qualidade, do objeto do litígio, ou serviço, direito ou obrigações²”. (AMARAL SANTOS, 2008. Pág 488.)

Já os estudos de Greco Filho (2008, p. 242) evidenciam que exame é a espécie de perícia que está fundamentada em uma averiguação de fatos, propiciando o perito uma conclusão também fática, ainda que no contexto das possibilidades; entendendo então que vistoria é a simples constatação descritiva e não conclusiva de algo; entretanto, na avaliação o perito proporciona um valor mensurável a um bem em comparação objetiva com outros bens, direitos ou obrigações; através do arbitramento que se é possível atribuir um valor a coisa ou direito por meio da experiência pessoal do perito, e não em comparação a outras, perante a natureza da coisa.

¹ HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua Portuguesa. 2007. Pág 2188.

² AMARAL SANTOS, Moacyr. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol 2. 2008. Pág 488.

2.2. PROCEDIMENTO PERICIAL

A parte precisará requisitar a produção de prova pericial através da petição inicial, ou através da resposta do réu, seja em contestação ou reconvenção, precisando que o pedido seja apreciado pelo juiz em despacho saneador.

Sendo então deferida a perícia, o juiz, de plano, irá nomear o perito e irá estipular o prazo para que se concluam os trabalhos e, ainda, irá estipular o objeto da perícia, elencando os fatos que vão ser averiguados, e a natureza da mesma (contábil, médica, engenharia, etc).

Este período de tempo estipulado, se embasando na compreensão jurisprudencial dominante do STJ, não é preclusivo, sendo capaz que as partes indiquem os seus assistentes e formulem quesitos até o instante de efetuar a perícia³.

Sendo assim, se o juiz compreendeu que existe a necessidade de formular quesitos próprios a serem respondidos pelo perito, lhe é facultado esta prerrogativa, precisando realizá-la no instante da nomeação do perito.

Este laudo pericial, que irá precisar possuir o acompanhamento dos elementos e dados, incluindo nisto a indicação clara da maneira que foram apanhados, usados com a intenção de fundamentar suas conclusões, vão ser entregues em cartório no prazo estipulado para tal.

No que diz respeito aos assistentes técnicos, se concede, no procedimento civil, o prazo de dez dias, contando desde a apresentação do laudo oficial, para propiciarem os seus pareceres técnicos.

Uma vez evidenciado este laudo pericial, o juiz irá estipular a intimação das partes para manifestação, sendo possível ainda fazer a intimação do perito para que este preste esclarecimento em audiência.

³ DIDIER JUNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil. Vol 2. 2007. Pág 188.

2.3. SEGUNDA PERÍCIA

A realização da segunda perícia não torna a primeira nula, isso porque serão as duas recepcionadas nos autos como sendo provas autônomas, e o juiz ainda deve apreciá-las livremente, propiciando o valor devido a cada uma na busca de formar o seu convencimento. O juiz pode requerer esta segunda perícia sempre que achar necessário.

A compreensão de Humberto Theodoro Junior leciona que a nova perícia se caracteriza como exceção e não faculdade da parte, isso porque tem o objetivo de complementar ou esclarecer o primeiro laudo que foi realizado, devendo o juiz determiná-la somente na situação em que julgá-la imprescindível perante uma situação não totalmente esclarecida pelos trabalhos iniciais⁴.

3 MÉDICO PERITO E O MÉDICO DO TRABALHO

O surgimento da medicina do trabalho, como uma especialidade médica, ocorreu na Inglaterra, no decorrer da primeira metade do século XIX, como uma consequência da Revolução Industrial. Naquele período, o consumo da força de trabalho, consequente da submissão dos trabalhadores a um processo extremamente veloz e desumano de produção, necessitou de uma intervenção, sob a pena de fazer com que seja inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo.

No momento em que Robert Dernham, que era proprietário de uma fábrica têxtil, se preocupou com o fato de que os seus operários não possuíam qualquer tipo de cuidado médico a não serem aqueles fornecidos através de instituições filantrópicas, foi buscar no Dr. Robert Baker, seu médico, indicações pelas quais ele, como empresário, seria capaz de resolver tal situação, Baker lhe disse assim:

"Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público. Deixe-o visitar a fábrica, sala por sala, sempre que existam pessoas trabalhando, de maneira que ele possa verificar o efeito do trabalho sobre as pessoas. E se ele verificar que qualquer dos trabalhadores

⁴ THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol I, Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 2007. Pág 541.

está sofrendo a influência de causas que possam ser prevenidas, a ele competirá fazer tal prevenção.

Dessa forma você poderá dizer: meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários; se algum deles vier a sofrer qualquer alteração da saúde, o médico unicamente é que deve ser responsabilizado" (SCHILLING, 1981).

Como podemos observar, a resposta do empregador foi a de contratar Baker com a intenção de que este trabalhasse em sua fábrica, nascendo assim, no ano de 1830, o primeiro serviço de medicina do trabalho (SCHILLING, 1981).

As intenções em se colocar em prática os serviços médicos aos trabalhadores começa a se influenciar o cenário internacional também na agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituída no ano de 1919. Desta forma, no ano de 1953, por meio da Recomendação 97 sobre a "Proteção da Saúde dos Trabalhadores", a Conferência Internacional do Trabalho aconselhava aos Estados Membros da OIT que estimulassem a elaboração de médicos do trabalho com adequada qualificação e o estudo da organização de "Serviços de Medicina do Trabalho" (ALMEIDA Jr., 1957, p. 281).

A referência legislativa pioneira em se tratar do médico do trabalho surgiu através da regulamentação do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passou por reformas na década de 70, especialmente nas normas associadas à obrigatoriedade de equipes técnicas multidisciplinares nos locais de trabalho (atual Norma Regulamentadora 4 da Portaria 3214/78) (THEODORO JUNIOR, 2007).

Atualmente a medicina do trabalho ou medicina ocupacional é uma especialidade médica que possui o reconhecimento do CFM (Conselho Federal de Medicina) e, entre os seus mais relevantes papéis, é auxiliar para que se estabeleça e se conserve o nível mais alto possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores. Também é função do médico do trabalho emitir o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que precisa ser realizado na admissão, periódico, troca de função, retorno ao trabalho e demissional (CFM, 2016).

3.1. DA ÉTICA DO PERITO

O Perito, desempenhando as suas atividades irá sempre precisar se portar apresentando ética diante das partes, assim como no que diz respeito aos

demais profissionais que atuem para que se gere a prova pericial atentando para princípios básicos de conduta, que são os seguintes⁵:

- a) Averiguar no exercício da profissão o zelo, a diligência, a honestidade, a dignidade e a independência profissional;
- b) Preservar o sigilo sobre o que tiver conhecimento em virtude de suas funções;
- c) Observar sua competência exclusiva para realizar a orientação técnica dos serviços a seu cargo;
- d) Comunicar imediatamente à Justiça, assim como também ao cliente, eventual circunstância adversa que possua a capacidade de influenciar na conclusão dos trabalhos;
- e) Dar respostas aos quesitos somente depois de se inteirar de todas as circunstâncias referentes aos mesmos;
- f) Evidenciar a qualquer instante, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

O perito irá precisar ter a consciência de que não sendo o Juiz da causa, em nenhuma ocasião deverá proporcionar as conclusões sem as ter fundamentado de maneira técnica, do mesmo modo não sendo testemunha não se deve fundamentar seu pronunciamento naquilo que ouviu ou lhe foi confessado;

Sendo então de urgência que o perito faça a apuração e averiguação dos fatos com imparcialidade e acuidade, procurando sempre comprová-los e evidenciá-los adequadamente, analisando-os com base em sua experiência técnica e de seus conhecimentos científicos, e registrando as suas impressões através de laudos redigidos com metodologia correta para tanto, precisão e clareza, levando em consideração que serão analisados por leigos na matéria.

É de responsabilidade do perito a valorização do seu trabalho, requisitando o pagamento de honorários justos, não possibilitando nunca o aviltamento de sua remuneração, entretanto, é preciso que se atente também para não majorá-lo de maneira excessiva.

⁵ BUONO NETO, Antonio, BUONO, Elaine Arbex. Perícias Judiciais na Medicina do Trabalho. Prefacio.

4 BASES LEGAIS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, foi o início das leis sistematizadas em 22 de dezembro de 1977, por intermédio da Lei no 6.514, que altera o Capítulo V do Título II da CLT, o Brasil incumbe o Ministério do Trabalho, como órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e Medicina do Trabalho, a estabelecer, nos limites de sua competência, normas sobre a aplicação dos preceitos deste Capítulo.

Por competência e atribuições legais, o Ministério do Trabalho aprova e edita as 28 normas regulamentadoras do Capítulo V da CLT, com a redação dada pela Portaria no 3.214, de 8 de junho de 1978.

Atualmente, existem 33 NRs e mais cinco normas regulamentadoras rurais, disponíveis no site <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp> e que são uma das principais fontes de consulta do perito na Justiça trabalhista.

O Conselho Federal de Medicina (CFM), no uso das atribuições conferidas por lei, e considerando que todo médico, ao atender seu paciente, e no caso o periciando, deve avaliar a possibilidade de que a causa da doença alegada, alteração clínica ou laboratorial possa estar relacionada com suas atividades profissionais, investigando-a da forma adequada e, caso necessário, verificando o ambiente de trabalho, publicou a Resolução CFM no 1.488/98 que, entre os seus vários artigos, exige:

Art. 2º Para o estabelecimento do nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, além do exame clínico (físico e mental) e exames complementares, quando necessários, deve o médico considerar:

A história clínica e ocupacional, decisiva em qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexo causal;

II - o estudo do local de trabalho;

III - o estudo da organização do trabalho;

IV - os dados epidemiológicos;

V - a literatura atualizada;

VI - a ocorrência de quadro clínico ou sub-clínico em trabalhador exposto a condições agressivas;

VII -a identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, estressantes e outros;

VIII - o depoimento e a experiência dos trabalhadores;

IX - os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais, sejam ou não da área da saúde.

Antes das diligências feitas ao ambiente de trabalho, é possível se ter uma ideia das condições de trabalho e de suas repercussões sobre a saúde do trabalhador.

5 MATERIAL E MÉTODOS.

Trata-se de pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa.

Foram analisadas 116 perícias médicas de processos trabalhistas, acompanhadas pela autora na função de assistente técnica, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, de forma sequencial. Não houve critérios de exclusão e de escolha, todas as perícias acompanhadas pela autora neste período foram incluídas.

O trabalho de assistência técnica se deu por parte exclusiva das reclamadas, empresas do ramo industrial, comercial e prestação de serviços com abrangência nacional, por conseguinte as perícias foram realizadas em diversas cidades entre capitais e cidades do interior, distribuídas pelas cinco regiões do país.

O banco de dados foi elaborado a partir das informações do ato pericial, documentação médica, petição jurídica inicial, contestação, entre outros documentos acostados. Foram analisados os ramos de atividade, função, idade, sexo, estado civil, escolaridade, agravos a saúde alegados na inicial, e as doenças comprovadas na perícia, benefícios concedidos pelo INSS, a relação de agravo a saúde com os benefícios concedidos, a incapacidade, e tempo de trabalho na reclamada. Foram armazenados em planilha Excel, e realizada estatística descritiva mediante análise com frequência simples, percentuais e gráficos.

Não há identificação das reclamadas e periciados envolvidos no presente artigo, em decorrência disso não houve apreciação do projeto acadêmico por órgão de ética de pesquisa.

6 RESULTADOS

Das 116 perícias analisadas, 69% dos periciados eram do sexo feminino, com 31% do masculino, a idade variou entre 20 a 69 anos, e a idade de 37 anos, foi a que apareceu com maior frequência.

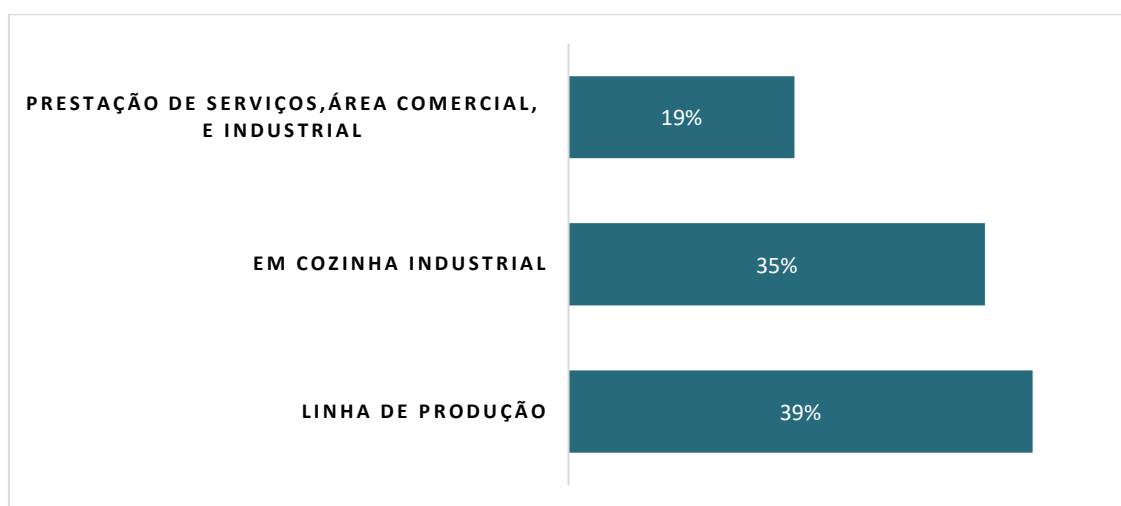


GRÁFICO 1 - FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS PERICIADOS

Fonte: o Autor (2016).

No gráfico 1 Apresentamos as funções exercidas pelos periciados. Nos ramos de atividades industriais, comerciais, e de prestação de serviços, foram avaliadas 22 funções distintas, 39% dos periciados exerciam funções com atividades em linha de produção, 35 % de funções em cozinha industrial, os 19 % restantes incluíam outras atividades na área industrial, área comercial, e prestação de serviço. As funções com atividades operacionais, perfazem a maioria dos casos das perícias, no estudo em questão.

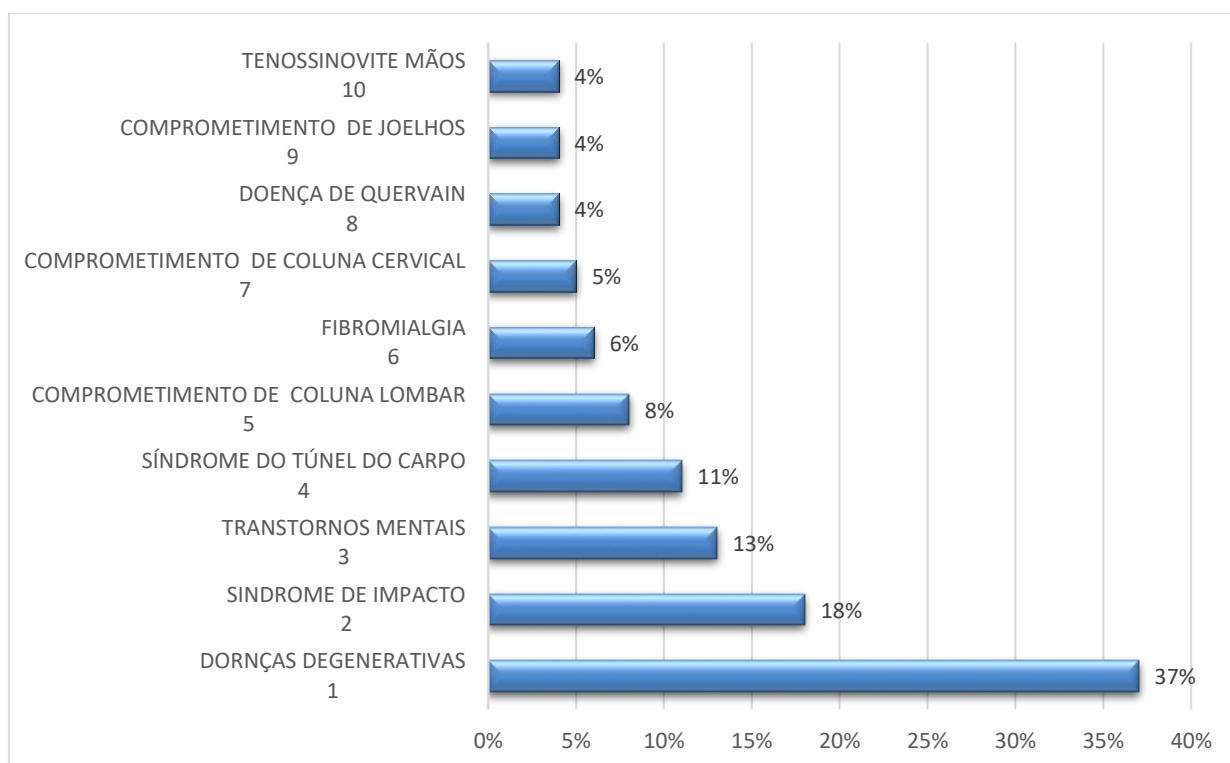


GRÁFICO 2 - FREQUENCIA DAS DOENÇAS

Fonte: O Autor (2016)

No gráfico 2, analisou-se as doenças que apareceram com maior frequência. As degenerativas, ocupam a liderança com 37 %, seguidas da síndrome de impacto com 18 %, e os transtornos mentais 13 %. Vale ressaltar que as doenças degenerativas em grande parte estão acompanhadas de outros agravos, e que os episódios depressivos representam a maioria absoluta dos transtornos mentais.

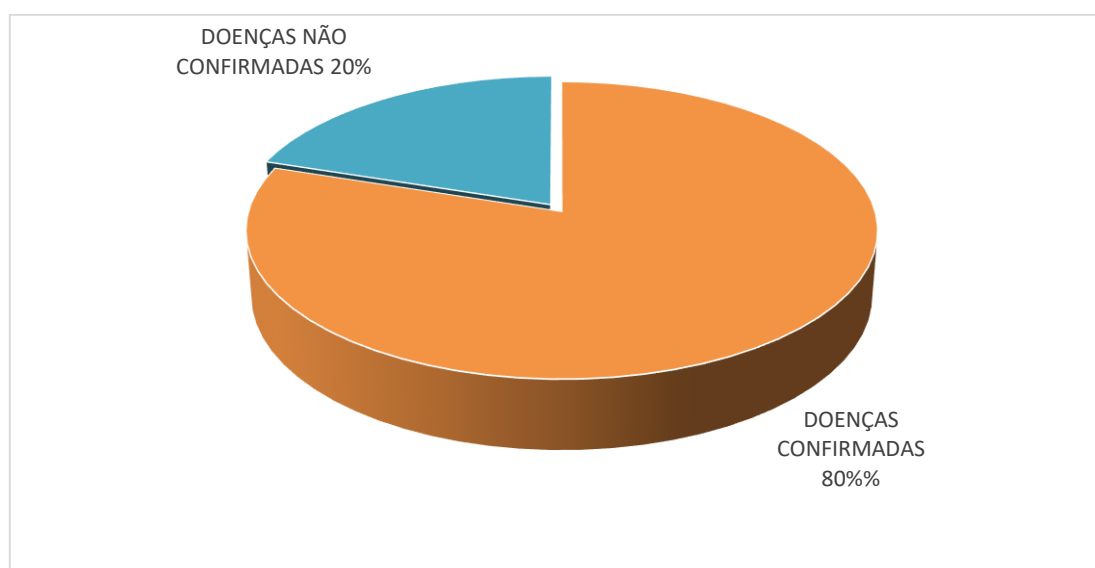


GRÁFICO 3 - DOENÇAS NÃO CONFIRMADAS

Fonte: o autor (2016)

No gráfico 3 observa-se a quantidade de casos em que o agravo alegado no inicial não correspondeu a doença encontrada na perícia, apresentando diagnóstico divergente, ou mesmo quando nenhuma doença havia sido diagnosticada.

Dos 20 % dos casos que apresentaram divergência entre as doenças alegadas na inicial e as confirmadas durante o exame médico pericial, estão 10 casos de doenças osteomusculares, 5 de PAIR, 4 Acidentes do trabalho, 2 Transtornos mentais, 1 doença ocular, e 1 doença de pele não foram confirmadas. Aqui ressaltamos os casos descritos na Inicial como LER (Lesão por esforço repetitivo) /DORT (Distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho) de forma inespecífica, sem diagnóstico confirmado.

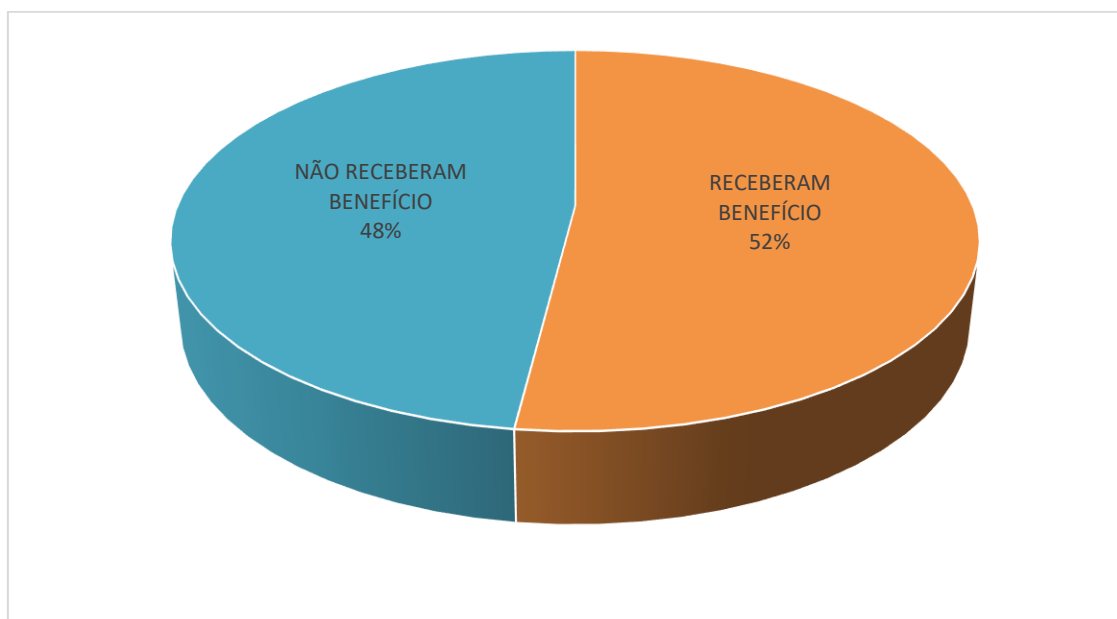


GRÁFICO 4 - BENEFÍCIO CONCEDIDO PELO INSS
Fonte: O Autor (2016)

O gráfico 4 Do total, 52% dos periciados receberam ou estavam recebendo o benefício; auxílio doença previdenciário, acidentário, ou aposentadoria por invalidez. Esta corresponde a análise quantitativa quanto ao recebimento do benefício pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que é realizado após 15 dias de afastamento por incapacidade laboral. Observa-se um elevado índice de incapacidade laboral, com afastamentos prolongados.

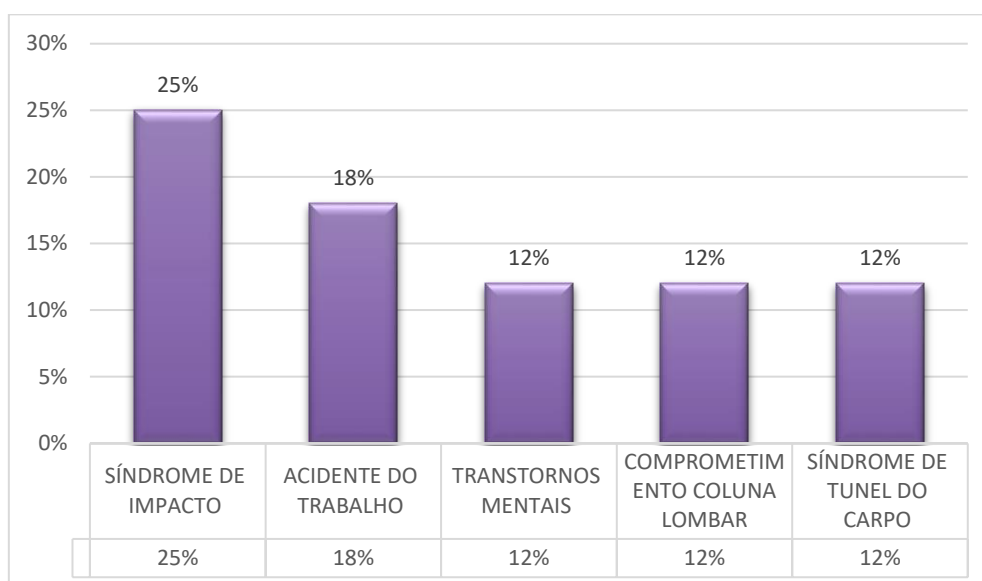


GRÁFICO 5 - AGRAVOS A SAÚDE X BENEFÍCIOS

FONTE: O Autor (2016)

O Gráfico 5 apresenta a análise qualitativa dos agravos a saúde com benefícios concedidos. Dos 52% beneficiários, 25 % tinham como causa a síndrome de impacto do ombro, 18 % por acidente típico do trabalho ou trajeto, seguido pelos transtornos mentais, comprometimento de coluna lombar e Síndrome do túnel do carpo com 12 % cada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo verificamos que as doenças mais frequentemente encontradas foram as degenerativas, seguida da síndrome de impacto, e os transtornos mentais. O número de doenças não confirmadas durante o ato pericial foi expressivo, bem como a quantidade de periciados que haviam sido afastados por incapacidade com recebimento do benefício pelo INSS, sendo que síndrome de impacto do ombro foi a causa com maior frequência.

O trabalho do assistente técnico passa pela identificação da existência de doença no ato pericial, pela conclusão do nexo, a incapacidade laborativa, concorda, ou critica o laudo do perito do juízo.

E todos esses resultados são elaborados a partir de análises realizadas com embasamentos sólidos, e respaldo da literatura médica atualizada, as

patologias são as mais diversas, exigindo constante estudo e aprimoramento técnico.

Ainda na defesa dos interesses de quem o contrata o conhecimento das normas de Medicina e Segurança do Trabalho são imprescindíveis, e o estudo dos postos de trabalho merece atenção especial, com atualização constante da legislação

A atividade de perito assistente técnico é complexa, e requer conhecimento técnico multidisciplinar, com implicações legais, forenses, previdenciárias, trabalhistas e socioeconômicas.

Como médico requer o amplo e contínuo aperfeiçoamento nas mais distintas áreas

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR, Lições de Medicina Legal, 4a ed., Rio de Janeiro, Ed Nacional de Direito, 1957; pg 280-88.

AMARAL SANTOS, Moacyr. Primeiras Linhas de Direito processual Civil. Vol 2. 24ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas regulamentadoras. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp>. Acesso em 24 set. 2016.

BUONO NETO, Antonio, BUONO, Elaine Arbex. Perícias Judiciais na Medicina do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2001.

CARDOSO, Leonardo Mendes. Medicina legal para o acadêmico de direito. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Disponível em: <<http://portal.cfm.org.br/>> . Acesso em: novembro de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Código de Ética Médica. Resolução CFM no 1.931/09. Brasília: CFM, 2010.

DIDIER JUNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil. Vol 2, Direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada. Salvador: Editora Podivm, 2007.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol 2, Atos processuais e recursos e processos nos tribunais. 19ª ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Saúde dos trabalhadores. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. (eds.). Epidemiologia & Saúde. 5a ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

MENDES, R. Patologia do Trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013.

SCHILLING, R.S.F. Developments in occupational health. In: Schilling, R.S.F., ed. Occupational health practice. 2 nd ed. London. Butherworths, 1981. p. 3-26.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol I, Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 47ª ed., Rio de Janeiro: Editora Forense 2007.